Juan de Arfe, “grande official” y “ditoso” ourives

Juan de Arfe, “great” and “gifted” goldsmith

Ana Cristina Sousa
FLUP/CITCEM

RESUMO: Em 1984, o insigne historiador e paleógrafo português Avelino de Jesus da Costa publicava o livro *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV e XVI*, no qual incluía a transcrição de dois inventários do Tesouro de Sé de Braga, datados de 1645 e 1761 e alguns documentos soltos pertencentes à mesma Mitra. Entre eles, integrou uma carta do bispo D. Jorge de Ataíde ao seu primo e arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus, datada de 6 de dezembro de 1599. Para além das obrigações de foro administrativo, D. Jorge de Ataíde refere a encomenda de um cálice de ouro a "um notável artista", nas palavras de Jesus da Costa, que o distinto investigador não identificou. A carta era acompanhada pelo desenho de um cálice que o bispo mandara fazer para si, que não logrou chegar até nós. O conteúdo da fonte permite-nos compreender que o "grande" e "ditoso" oficial de ourivesaria era Juan de Arfe, então a trabalhar nos relicários de S. Lourenço do Escorial. O documento reveste-se, deste modo, de grande valor, dando a conhecer a existência de um cálice e patena da autoria deste artista, na Sé de Braga, que infelizmente também se perderam.

Palavras-chave: Juan de Arfe, cálice e patena, catedral de Braga, D. Jorge de Ataíde, D. Frei Agostinho de Jesus

ABSCTRACT: In 1984, the distinguished Portuguese historian and paleographer Avelino de Jesus da Costa published the book *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV e XVI* [The Library and the Treasure of Braga Cathedral in 15th and 16th centuries], in which he included the transcription of two inventories of the Treasure of Braga cathedral, dating from 1645 and 1761, and some loose documents belonging to the Mitre. Among them, he included a letter written by D. Jorge de Ataíde bishop to his cousin and archbishop of Braga, D. Fr. Agostinho de Jesus, dated 6 December 1599. In addition to administrative obligations, D. Jorge de Ataíde refers to the commission of a gold chalice by a "remarkable artist", in the words of Jesus da Costa, that the distinguished researcher didn't recognise. The letter included a drawing of a chalice that the bishop had made for him, but unfortunately, it was lost. The contents of the letter allows us to identify the "great" and "gifted" goldsmith as Juan de Arfe, then working on the shrines of the Monastery of San Lorenzo de El Escorial. In this regard, the document has a great value, allowing the identification of a chalice and paten made by this artist, in Braga cathedral, that unfortunately have also been lost.

Keywords: Juan de Arfe, chalice and paten, Braga cathedral, D. Jorge de Ataíde, D. Frei Agostinho de Jesus.

INTRODUÇÃO

No livro editado por Avelino de Jesus da Costa, em 1984, intitulado *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV e XV*[1], o autor incluiu a publicação de um documento que considerou curioso para os estudiosos da ourivesaria, sem compreender, no entanto, o verdadeiro alcance da fonte traslada. A obra tinha como principal objetivo a transcrição de três inventários do Tesouro de Sé de Braga, datados de 1589, 1645 e 1761, os únicos conhecidos, até ao momento, revestindo-se de uma importância fundamental para o conhecimento do acervo da principal diocese do território no decurso do tempo. O documento em causa respeita a uma carta redigida pelo bispo D. Jorge de Ataíde, figura eminente das cortes portuguesa e espanhola, dirigida ao seu primo, o arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus, datada de dezembro de 1599.

Pelo conteúdo do manuscrito podemos constatar a regularidade da correspondência trocada entre os dois. Então com 64 anos, D. Jorge refere o estado de enfermidade em que se encontrava, "em cama ha tres ou quatro dias com hum accidente de gota", doença que o acompanhou nos anos seguintes e da qual veio a perecer a 17 de Janeiro de 1611, com 76 anos de idade.[2] Aparentemente, o principal assunto da carta eram as visitas às igrejas do Couto de Alcobaça, do qual era comendador perpétuo, tendo sido indiciado para o efeito o Doutor Sebastião Gomes de Figueiredo (?-1611), homem da confiança de ambos e com quem trocavam, igualmente, correspondência regular. Natural da vila de Veloso, no bispado de Lamego, Gomes de Figueiredo estudou Ciências Escolásticas nas Universidades de Coimbra e de Salamanca. Em Braga foi cónego da catedral em 1587, no tempo do episcopado de Frei Agostinho de Jesus e depois Prelado do Convento de Cristo de Tomar. Homem erudito e de grande "engenho", a proximidade aos dois bispos pode ser atestada pelas obras que lhes consagra: *Milicia Christiana a los tres inimigos del alma* e *Explicatio Psalmi L. Miserere mei Deus*, datados respetivamente de 1596 e 1598, ambos dedicados a D. Fr. Agostinho de Castro e *Himiliarium Dominocale á Dominica prima Adventus ad Dominicam Trinitatis*, a D. Jorge de Ataíde, de 1606.[3]

A escolha de um homem de confiança para proceder às visitações das igrejas de Alcobaça, muito necessárias no entender de D. Jorge, pode ser justificada pelo período de tensão vivido entre as hierarquias religiosas portuguesas, durante este período. No decorrer da pena, o bispo reitera o interesse das visitas, que deveriam ser bem-feitas e de forma cuidada, defendendo-se que nunca fora "curto nem escasso pera as cousas do culto divino" e que não pretendia que os ministros do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, o "calumniassem também nisto".[4]

O outro assunto que motivava a redação da carta era a encomenda de um cálice e respetiva patena de ouro que o arcebispo de Braga pretendia oferecer à sua diocese e que, por intermédio de D. Jorge, iriam ser executados em Madrid por um "grande official". Juntamente com a correspondência, seguia também o desenho de um cálice que D. Jorge mandara fazer em Madrid e que era tido como "tão perfeito" que muitos o procuravam para fazer um igual. Os dados que apresenta indicam-nos que o "oficial" contratado fora Juan de Arfe, acrescentando novas informações que nos permitem conhecer melhor o artista apalavrado, bem como aspetos particulares relativos à

---

1 Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV e XV* (Braga: [s.n.], 1984), 275-276.

2 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* (Lisboa: Officina Ignacio Rodrigues, vol. II, 1752), 793.

3 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* (Lisboa: Officina Ignacio Rodrigues, vol. III, 1752), 689.

4 Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro* ..., 275.

encomenda e valores sociais a ela associada, que se revestem de grande interesse para o estudo da ourivesaria deste período.

Neste sentido, pretendemos, neste artigo, enquadrar social e politicamente as figuras de D. Jorge de Ataíde e D. Frei Agostinho de Jesus, justificar a encomenda do cálice a Juan de Arfe, analisar o conteúdo da fonte no tocante às particularidades inerentes à natureza da encomenda, e finalmente acompanhar a peça na documentação da diocese de Braga até à imposição do silêncio sobre a mesma.

D. JORGE DE ATAÍDE (1535-1611) E D. FREI AGOSTINHO DE JESUS (1537-1609)

D. Jorge de Ataíde (Fig. 1), "influente personagem na decisão dos assuntos de Portugal"[5], provinha de uma família ilustre e influente do reino, facto bem demonstrado pelo seu nascimento no Paço da Ribeira, em 1535, e apadrinhamento pelo celebre cronista João de Barros.[6] Filho mais novo de D. António de Ataíde, primeiro conde da Castanheira e de D. Ana de Távora, cedo foi destinado à carreira eclesiástica, que principiou cedo e foi preparada com tempo. Começou por cursar Artes e depois Teologia na Universidade de Coimbra e integrou a comitiva portuguesa que esteve presente na terceira fase do Concílio de Trento, em 1562, experiência que o aproximou do espírito reformista do qual se manteve eternamente fiel.[7] Depois de uma passagem por Roma, regressou a Portugal em 1564, tendo sido nomeado Bispo de Viseu em 1568, por evidentes influências do Cardeal D. Henrique e da rainha D. Catarina, cargo que resignou dez anos depois.

Figura influente da corte e muito próximo do cardeal D. Henrique, de quem foi capelão-mor e vogal do Conselho de Estado, foi acusado de ser o "algoz da corte" e o responsável pela simpatia do rei em relação à causa ibérica, da qual era claramente favorável, tendo sido adepto do partido filipino durante a crise de sucessão.[8] Em 1579, é tido já como um importante colaborador de Cristovão de Moura (principal partidário da causa filipina em Portugal), com quem partilhou numerosos segredos de Estado.[9] Tal valeu-lhe, certamente, a manutenção do cargo de capelão-mor do paço com Filipe II e de ter sido escolhido como um dos quatro membros do primeiro Conselho de Portugal[10], que integrou até 1603, exercendo posteriormente o cargo a título particular.[11] Nesta qualidade, influenciou muitas escolhas de cargos nas hierarquias da igreja portuguesa, nomeadamente ao nível das dioceses, o que poderá explicar as animosidades de que fala na carta a D. Frei Agostinho de Jesus. Filipe II de Espanha (I de Portugal), indicou-o ainda seu esmoler-mor, Presidente da Mesa da Consciência e Inquisidor Geral do Reino, cargo que também renunciou. É como Conselheiro do Estado de Portugal em Madrid que o podemos situar em 1599, quando

---

5 José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 238.

6 João Rocha Nunes, *A reforma católica na diocese de Viseu (1552-1639)* (Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 2010),104.

7 João Rocha Nunes, *A reforma católica* ..., 107.

8 João Rocha Nunes, *A reforma católica* ..., 111.

9 Amélia Polónia, *D. Henrique* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002), 221.

10 José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal* ..., 373-374.

11 João Rocha Nunes, *A reforma católica* ..., 112.

escreve ao arcebispo de Braga, preocupado com o assunto das visitações das igrejas de Alcobaça, de cujo mosteiro Filipe II nomeara-o também comendador perpétuo[12].

Igualmente de origem excelsa, D. Fr. Agostinho de Jesus (Fig. 2), de nome secular Pedro de Castro, era filho de D. Fernando de Castro, governador da Casa do Cível de Lisboa e de D. Maria de Aiala, filha do Conde de Monsanto e dama da rainha D. Catarina de Áustria.[13] Em tenra idade foi estudar para Coimbra e, por vocação, "pedio o penitente habito de S. Francisco", mas os frades negaram-lhe a admissão atendendo à "debilidade da sua compleição como incapaz de tolerar os rigores da Ordem."[14] Esta recusa conduziu-o à Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, cujo hábito recebeu em 1555, com dezassete anos de idade, vindo a conhecer uma fulgurante e célere carreira na hierarquia desta instituição. Definidor geral da Ordem, passou a Roma, tendo sido escolhido pelo Papa Gregório XIII, enquanto vigário-geral, para reformar a Ordem na Alemanha. Aí pode conviver de perto com o imperador Rodolfo II e com a imperatriz D. Maria, irmã de Filipe II, que o elegeu seu Pregador. Este percurso e certamente as suas virtudes pessoais poderão explicar a sua escolha, por parte do monarca, para a mitra de Braga em 1589, apesar de não ter sido "a primeira escolha de nenhum dos intervenientes que deram pareceres neste processo".[15] Conheceu "o termo da sua exemplar vida" em 1609, com 72 anos de idade, tendo sido sepultado no Convento antigo dos Eremitas.[16]

Fig. 1. Retrato de D. Jorge de Ataíde.

Fig. 2. Retrato de D. Frei Agostinho de Jesus, Galeria 1610, autor desconhecido, ANTT. dos Arcebispos de Braga, data e autor desconhecidos.

Os dois prelados estavam naturalmente unidos por laços de sangue. A bisavó de D. Jorge de Ataíde, a condessa D. Guiomar de Castro, que o próprio cita na carta para lembrar a retidão desta linhagem, era irmã de D. Álvaro de Castro, avô de D. Pedro de Castro, o que os torna primos por via paterna (Fig. 3). Os laços familiares e a proximidade de ambos à corte, explicam, deste modo,

12 João Rocha Nunes, *A reforma católica* ..., 112.

13 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* (Lisboa: Officina Ignacio Rodrigues, vol. I, 1741), 61.

14 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* …, p. 61.

15 José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal* ..., p. 377.

16 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* …, p. 62.

a regularidade da correspondência, bem como a confiança e a amizade partilhada por ambos, que transparece com clareza no documento em análise.

Fig. 3. Árvore genealógica da Família Castro, elaboração própria.

D. JORGE DE ATAÍDE E JUAN DE ARFE EM MADRID

O carácter excecional do documento manifesta-se, no entanto, nos três últimos parágrafos da carta, informando o bispo que enviava também o desenho de um cálice que mandara fazer em Madrid, não indicando, no entanto, o nome do autor. Acrescenta, ainda, que o mesmo era considerado tão perfeito, que muitos o pediam "pera fazerem outros por elle", expondo, desta forma, uma das práticas correntes de circulação das formas e debuxos dos objetos.

No correr da pena, D. Jorge solicita ao primo o envio de mil cruzados, transmitindo que concertara já "com hum grande official" a execução do cálice de ouro que Fr. Agostinho pretendia oferecer à Mitra de Braga. Em momento algum refere o nome do artista, mas apresenta algumas das obras executadas pelo mesmo, nomeadamente "as charolas de prata de Sevilha, de Burgos e de Valhadolid, em que levão o Sanctíssimo Sacramento dia de *Corpus Christi*"[17], objetos que permitem a sua identificação com Juan de Arfe, o notável humanista e tratadista de arte, arquiteto e escultor da prata lavrada.[18]

Tratava-se de trabalhos relativamente recentes, que granjearam fama ao artista e que estavam bem presentes na memória de potenciais comitentes. Este prestígio fora também reforçado pela

17 Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro …*, 276.

18 Carmen Heredia Moreno, «La Fortuna crítica de Juan de Arfe y Villafañe», *Archivo Español de Arte* 79, nº 315 (2006): 319.

publicação do tratado *De Varia Commensuracion*, obra que conheceu uma grande repercussão até ao século XIX, tendo sido reeditada oito vezes entre 1585 e 1806.[19] Por outro lado, e no esforço de construção da imagem do artista dos novos tempos, o intelectual e humanista na linha de continuidade dos insignes da Antiguidade, Arfe desenvolveu a prática de escrever sobre as obras que realizava, divulgando desenhos das mesmas que se converteram em modelos no futuro.[20] Neste sentido, a custódia de Sevilha (Figs. 4 e 5), terminada nos primeiros meses de 1587, foi acompanhada pela *Descripción* publicada no mesmo ano, consciente o autor da fama extraordinária que lhe asseguraria esta peça: "y así lo há seguido en esta custodia, que por ser la mayor y mejor pieza de plata que de este género se sabe, quise dar noticia a todos de su figura y traza", segundo as suas próprias palavras.[21] Em Janeiro do ano seguinte, retifica o contrato para a execução da custodia de Valladolid[22], uma versão classicista e simplificada da de Ávila, com evidentes influências da tratadística de Serlio.[23] A de Burgos, executada entre 1589 e 1592, perdeu-se no contexto da invasão francesa, dela restando apenas o viril, embora o processo de encomenda e descrição esteja bem documentado.[24] A iniciativa para a realização desta obra partiu do próprio artista que, a partir de Valladolid, escreveu ao Cabido da catedral de Burgos, em Abril de 1588, oferecendo-se para fazer a custódia "com acomodo en el precio y espera en la hechura."[25] O contrato foi celebrado em Maio desse ano e a peça executada nos três anos seguintes, fruto das dádivas de muitos marcos de prata, com exemplo dos próprios cónegos, que participavam assim no trabalho realizado por um "oficial muy conveniente y que había hecho las mejores custodias de España."[26]

As três custódias indicadas assumiram, assim, uma importância fundamental no percurso artístico de Juan de Arfe, e demonstram como as obras podem garantir a glória de um autor e sobrepor-se ao seu próprio nome. D. Jorge de Ataíde refere-se, de facto, à obra e nunca ao nome. A residir na corte de Madrid em 1599, o bispo português teve a oportunidade, no entanto, de conhecer pessoalmente Juan de Arfe, que se encontrava então a acabar "muitos relicários e cabeças pera S. Lourenço".[27] Em 1597, Filipe II encomendara-lhe uma série de relicários para o Escorial e, de acordo com o conteúdo de uma carta do próprio Arfe, datada de 1598, o artista refere que estava a trabalhar em 80 bustos relicários que deveriam ser concluídos no ano seguinte e que seriam encarnados e pintados por Fabricio Castello.[28] Em 1599, quando escreve a Fr. Agostinho de Jesus, D. Jorge aguardava, então, a conclusão desse conjunto de peças.

---

19 Carmen Heredia Moreno, «Juan de Arfe Villafañe y Sebastiano Serlio», *Archivo Español de Arte* 76, nº 304 (2003): 372.

20 David García López, «La descripción y traça de la custodia de la catedral de Sevilha (1587) de Juan de Arfe ilustrada por Juan Agustín Ceán Bermúdez (1805)», *Archivo Español de Arte*, 92, nº 366 (2019): 178-179.

21 García López, «La descripción y traça», 179.

22 Aurelio Barron Garcia, «Juan de Arfe en Burgos», *Burgense* (1994): 250.

23 Heredia Moreno, «Juan de Arfe Villafañe y», 387.

24 Aurelio Barron Garcia, «Juan de Arfe en Burgos», *Burgense* (1994).

25 Barron Garcia, «Juan de Arfe», 250.

26 Nas palavras do cónego Diego de Salamanca, que contribuiu com 30 mil maravedis para a custódia. Barron Garcia, «Juan de Arfe», 256.

27 Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro …*, 276.

28 Carta publicada por Sanchez Cantón. M. Carmen Heredia Moreno, «Juan de Arfe y Villafañe, entre la hidalguía y la picaresca. Problemática sobre una situación financiera», *Estudios de platería: San Eloy* (2004): 207.

Figs. 4 e 5. Custódia de Sevilha, Juan de Arfe, prata, 1587. Fotos: Antonio Santos Márquez.

A ENCOMENDA DE UM CÁLICE E PATENA DE OURO

Concertada a encomenda do cálice de ouro a Juan de Arfe, em 1599, ficou acordado, entre comitente e artista, que o trabalho seria concretizado depois do ourives terminar os "muitos relicários e cabeças pera S. Lourenço". Entre os inúmeros elogios que tece sobre o artista ao primo, D. Jorge apresenta-o como um homem "ditoso", podendo o termo ser entendido neste contexto como nobre, por cobrar um valor modesto pelo "feitio" do cálice, inferior ao que havia sido cobrado pelo dele, sem referir, no entanto, o nome do ourives que o executou.

No discorrer da carta, continua a fornecer dados fundamentais sobre as dinâmicas das encomendas durante este período. A peça levaria mil cruzados de ouro que deveriam ser enviados de Braga. No caso do arcebispo não possuir todo o ouro necessário, o restante seria comprado em Madrid.[29] O preço incluía, também, o acondicionamento do cálice dentro de um saco acolchoado guardado, por sua vez, numa caixa e a patena igualmente em caixa própria, tudo "fechado com chave". As peças ficariam muito bem-feitas e com bons acabamentos, dignas da grandeza daquele a quem se destinavam.[30] Mais acrescenta que se sobejasse algum ouro dos mil cruzados solicitados, esse seria devolvido, tal como fizera com os retalhos dos tecidos que tinham sobrado

29 "Se lá não se achar todo o ouro necessário, venha o que se achar em quá se comprará o demais." Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro …*, 276.

30 "E com os mil cruzados irá o cálix como este, com sua cayxa, sacco colchoado, e patena em sua cayxa, tudo fechado com chave, muito curioso e polido como se requere pera o servyço do primás d'Espanha." Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro …*, 276.

das vestimentas, que haviam sido feitas também em Madrid. De facto, o inventário de 1645 do tesouro de Braga, no "títolo de alguas couzas que ficarão do senhor Dom Agostinho", refere a existência de três vestimentas roxas de damasco, com quatro estolas e cinco manípulos, destinadas ao período da Quaresma.[31] Tratava-se de um procedimento próprio de educação e honra, tal como lhe ensinara a condessa D. Guimar, sua bisavô, reforçando assim os laços que o uniam ao seu correspondente; D. Guiomar, tal como já foi referido, era irmã de D. Álvaro de Castro, avô de D. Fr. Agostinho de Jesus.

Na continuação do texto, aborda ainda uma questão fundamental sobre a identificação dos objetos e as marcas deixadas pelos comitentes: o assunto das inscrições e armas dos doadores presentes nestas peças, que sabemos ser recorrentes desde o século XII pelo menos no que diz respeito ao caso português. D. Jorge manifesta-se discordante, no entanto, em relação à colocação desses elementos em locais bem visíveis, como nos bojos das copas dos cálices ou nas custódias do Santíssimo Sacramento, considerando descortês e indecente em objetos bentos, destinados às Espécies consagradas ou a consagrar. Tendo participado nas últimas sessões do Concílio de Trento, afirmando-se como um seguidor convicto do espírito reformista e grande devoto de Carlo Borromeu (no leito de morte sustentava, no peito, uma medalha com a efígie deste Santo[32]), apresenta-nos assim um dos temas sensíveis deste período e uma das questões mais fraturantes entre Católicos e Protestantes. Tratando-se do Verdadeiro Corpo e Verdadeiro Sangue de Cristo, não eram os homens dignos de apresentar dedicatórias e armas pessoais em peças destinadas ao que há de mais sagrado. Ao referir que a sua opinião era partilhada por todos os que queriam tratar este tema com decência ou "polícia", D. Jorge toca, realmente, num dos problemas mais sensíveis do seu tempo.

No entanto, a velha e indispensável prática de identificação pessoal dos objetos e a necessidade de alimentar a memória daqueles que oferecem bens à igreja, "pera convidar os vindouros a fazerem o mesmo", subsiste entre as preocupações do prelado. A tradição, profundamente enraizada entre os benfeitores e mecenas, persistia em pleno período de cisão e contestação. No sentido de minorar o problema, os elementos de identificação pessoal deveriam ser colocados num local discreto das peças, no pé e na parte de baixo, tal como mandara fazer no seu próprio cálice: *Georgius de Attayde episcopus, anno tali, Deo dicavit.*[33] No mesmo sentido, acordara já com Juan de Arfe o mesmo procedimento, devendo as armas de D. Pedro de Castro surgir na mesma posição, executadas a buril, pedindo ao primo que lhe enviasse o conteúdo da inscrição a constar no seu cálice.

O CÁLICE DE JUAN DE ARFE NA DOCUMENTAÇÃO DA SÉ DE BRAGA

Três fontes posteriores permitem-nos saber que Juan de Arfe, executou, de facto, o cálice e a patena para o arcebispo de Braga. No inventário do tesouro da catedral, de 1645, foi registado um cálice de ouro com sua patena do mesmo, descritos da seguinte forma:

---

31 Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro* ..., 210.

32 João Rocha Nunes, *A reforma católica*..., 107.

33 Da Costa, *A Biblioteca e o tesouro*..., 276.

"Outro cálix todo de ouro, com sua patena também de ouro, o qual tem no vazo quatro serafins, e no outro bojo no pee abaixo da maçã outros quatro serafins, e no pee oyto. E no fundo do pé da banda dentro tem hum letreiro que diz: "Este cálix deu a esta Santa See o senhor arcebispo Dom Frey Agostinho de Jesus, anno mil e seiscentos". O qual peza com a patena seis marcos e quatro onças."

Sabemos que nenhum cálice da autoria de Juan de Arfe chegou até nós e apenas o desenho que nos legou em *Varia Commemsuracion* nos pode ajudar a vislumbrar como seriam estas peças da sua autoria. A descrição do objeto no inventário, com vários "serafins" distribuídos pela copa, maçã e pé e a comparação com outros cálices coetâneos, permite-nos compreender que o escultor não foi, neste caso e talvez por vontade do comitente, sensível às formas despojadas, de "um classicismo rigoroso e desornamentado", que marcaram a série de relicários que fez para o Escorial[34] e nos quais trabalhou imediatamente antes da realização deste conjunto. Tal parece demonstrar que as opções de linguagem artística não são necessariamente contínuas na linha do tempo e que podem ser, mais uma vez, profundamente marcadas pela vontade de quem encomenda.

A descrição do cálice permite-nos conhecer o teor da inscrição solicitada por D. Jorge e determinada por Fr. Agostinho - "Este cálix deu a esta Santa See o senhor arcebispo Dom Frey Agostinho de Jesus, anno mil e seiscentos". Tal como determinado, a inscrição constava no interior da base. A peça foi executada em 1600, alguns meses depois da redação da carta em análise, e pesava seis marcos e quatro onças, ou seja, cerca de 1700 gramas.

O cálice e a patena suscitaram, certamente, um grande impacto e admiração na catedral. Na *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga,* publicada em 1634 pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha, dedicada às biografias e maiores feitos dos arcebispos de Braga desde a sua fundação, no capítulo dedicado a D. Fr. Agostinho de Castro e às muitas doações e bens que doou à catedral, D. Rodrigo refere a oferta de "hum caliz de ouro & outras varias peças" que se guardavam no tesouro.[35] O cálice de Juan de Arfe distinguia-se, assim, entre os demais e, por essa razão, é o primeiro a ser referido no inventário de 1761. Na descrição que do conjunto se faz nesta fonte (a patena ainda subsistia), realça-se mais uma vez o facto de ser de ouro (todos os outros eram de prata ou de prata dourada), de ser lavrado, ou seja, relevado a cinzel com serafins e de ter sido oferecido pelo *Excelentissimo Dom Frey Agostinho de Jesus*, um arcebispo de boa memória na história da diocese de Braga.[36]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento analisado reveste-se, deste modo, de uma importância excecional e temos de agradecer ao padre Avelino de Jesus da Costa que, apesar de não ter identificado o artista em causa (nem tinha de o fazer), compreendeu o interesse da sua publicação. Numa simples carta, exemplo da troca de correspondência regular entre primos e ilustres representantes de duas importantes

34 Heredia Moreno, «Juan de Arfe Villafañe y», 388.

35 Rodrigo da Cunha (D.), *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga, e dos santos, e varões ilustres, que florecerão neste arcebispado* (Braga: vol. II, 1634), 413.

36 "Hum calicis todo de ouro, lavrado, com sua patena do mesmo, que deu o Excelentissimo Dom Frey Agostinho de Jesus. E peza seis marcos, três onças e seis oitava." Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o tesouro …*, 249.

linhagens do reino, é possível extrair dados fundamentais para uma melhor compreensão da realidade artística do tempo e do papel dos mecenas na sua difusão e valorização.

O texto fornece-nos igualmente dados capitais relativamente a questões de ordem política e social que devem ser assinalados. Permite-nos compreender, por um lado, o posicionamento de algumas das mais destacadas famílias do reino de Portugal na crise de sucessão de 1580, nomeadamente o dos Castro e Ataíde, ambas de ascendência espanhola e claramente favoráveis à causa filipina. Próximos da corte madrilena e beneficiando de cargos resultantes desse favorecimento, conquistaram muitas críticas e contestação *inter pares*, como se pode inferir pelo documento. Filipe II, soube reconhecer aqueles que em Portugal o apoiaram, granjeando-os com cargos e títulos e chamando-os à governação. A ligação destas figuras à corte espanhola, com presença regular em Madrid, garantiu-lhes, consequentemente, a proximidade e contacto com os maiores artistas do reino vizinho deste período, que então se encontravam ao serviço do rei de Espanha. E é, neste contexto, que D. Jorge de Ataíde pôde conhecer o tratadista e escultor da prata Juan de Arfe, então a trabalhar nos relicários para o El Escorial, e negociar a execução de um cálice com sua patena para a catedral de Braga, a este "grande oficcial" e "ditoso" ourives, que praticava preços mais modestos que os seus colegas de profissão.

Ficamos assim a conhecer uma outra peça da autoria de Juan de Arfe, um cálice de ouro com sua patena, que desafortunadamente se perdeu. Mesmo assim, foi possível apurar que o artista cumpriu o acordo e executou as peças com celeridade pois, a carta foi escrita a 6 de dezembro de 1599 e no objeto constava a data de 1600, uns meses depois do concertado. Os dois inventários do tesouro da Sé de Braga, publicados por Avelino de Jesus da Costa, confirmam a sobrevivência dos dois objetos até ao século XVIII, contando entre os mais prestigiados bens do seu tesouro. As fontes apagam-se depois de 1761, não logrando as peças sobreviver ao cenário de instabilidade política, social e económica que marcou a realidade portuguesa do século XIX. Os relatos de abandono e desmazelo a que estavam votados os monumentos portugueses foram duramente relatados por Ramalho Ortigão, sujeitos a roubos e vandalismo de toda a espécie, num cenário devastador que não poupou, tampouco, os túmulos dos fundadores - o do conde D. Henrique e de sua mulher D. Teresa -, cujas estátuas jacentes foram cortadas "pelo meio das pernas para caberem nos novos logares".[37]

O texto fornece-nos, finalmente, múltiplas informações sobre as relações sociais, o mecenato, a produção artística fora de Portugal e respetiva mobilidade, elementos de identificação das peças e recato na sua aplicação, bem como questões de ordem estética que marcaram o trabalho aurífero em finais do século XVI.

BIBLIOGRAFIA

Barron Garcia, Aurelio. «Juan de Arfe en Burgos». En *Burgense* 35 (1994): 249-278.

Costa, Avelino de Jesus da. *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV e XV*. Braga:[s.n.], 1984.

Cunha, Rodrigo da (D.). *Historia ecclesiastica dos arcebispos de Braga, e dos santos, e varões ilustres, que florecerão neste arcebispado*. Braga: vol. II, 1634.

37 Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal* (Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1896), p. 76.

García López, David. «La descripción y traça de la custodia de la catedral de Sevilha (1587) de Juan de Arfe ilustrada por Juan Agustín Ceán Bermúdez (1805)». En *Archivo Español de Arte*, 92, nº 366 (2019): 175-190.

Heredia Moreno, Carmen. «Juan de Arfe Villafañe y Sebastiano Serlio», *Archivo Español de Arte* 76, nº 304 (2003): 371-388.

Heredia Moreno, Carmen. «La Fortuna crítica de Juan de Arfe y Villafañe». En *Archivo Español de Arte* 79, nº 315 (2006): 313-319.

Heredia Moreno, Carmen. «Juan de Arfe y Villafañe, entre la hidalguía y la picaresca. Problemática sobre una situación financiera». En *Estudios de platería: San Eloy* (2004): 197-210.

Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana.* Lisboa: Officina Ignacio Rodrigues, vols. I, II, III, 1741 e 1752.

Nunes, João Rocha. *A reforma católica na diocese de Viseu (1552-1639)*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 2010.

Paiva, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Polónia, Amélia. *D. Henrique*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002.

Ramalho Ortigão. *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1896.